



# **LEI ORDINÁRIA Nº 994**

*de 18 de maio de 2000*

## **DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2.001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal em sessão ordinária realizada no dia 09 de maio de 2000, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:*

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

#### **Art. 1º..**

*Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentarias do Município de Jardim para o exercício de 2001, atendendo:*

#### **I.**

*às diretrizes da Administração Pública Municipal;*

#### **II.**

*às orientações para o orçamento anual do município e créditos adicionais;*

#### **III.**

*limites para elaboração da proposta orçamentaria do Poder Legislativo;*

#### **IV.**

*às disposições sobre as alterações na Legislação Tributária;*

#### **V.**

*às disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais.*

### **Capítulo I. DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

## **Art. 2º..**

*A proposta Orçamentaria, para o exercício financeiro de 2001, abrangendo os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos e entidades da Administração direta e indireta, observará na fixação das despesas, as diretrizes, conforme segue:*

### **I.**

*desenvolver e estimular programas e ações na área de educação e saúde, que visem a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade do ensino fundamental, bem como a redução da mortalidade materno-infantil e a ampliação e melhoria do atendimento da saúde pública e do saneamento básico;*

### **II.**

*desencadear e apoiar programas e ações de geração de emprego e rendas, e de capacitação de mão de obra;*

**III.** *desenvolver programas voltados a ampliação da infra-estrutura urbana e rural;*

### **IV.**

*fomentar o desenvolvimento sócio-econômico do município e implantar políticas ambientais compatibilizando-as com uso sustentável dos recursos naturais, buscando a redução dos desequilíbrios sociais e especiais, a modernização e a competitividade da economia municipal;*

### **V.**

*estimular e desenvolver programas para fortalecimento da agropecuária, especialmente para a agricultura familiar, da agro-industrial, do turismo e outras atividades que visem a diversificação da economia do município;*

### **VI.**

*desenvolvimento de programas que estimulem a instalação de novos comércios e indústrias, através de incentivos fiscais com isenção de impostos, de acordo com legislação específica.*

## **Seção I.**

### **DAS DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 3º..** *A Receita e a Despesa, serão orçadas a preço de Julho de 2000.*

**Art. 4º..**

*Os critérios adotados para definição das diretrizes, serão os seguintes:*

**I.**

*a manutenção das atividades terá prioridade sobre as ações de expansão;*

**II.**

*os projetos em fase de execução, desde que contidos nesta Lei, terão preferência sobre novos projetos;*

**Art. 5º..**

*Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, objetivando à captação de recursos destinados a execução de programas municipais.*

**Art. 6º..**

*A proposta orçamentaria do Município para 2001, será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até 30 de agosto de 2000.*

## **Seção II.**

*das diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social*

**Art. 7º..**

*Os Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, estimarão as Receitas e Fixarão as Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo.*

**Art. 8º..**

*O Orçamento da Seguridade Social, deverá obedecer ao disposto nos Artigos 173, 181 e 185 da Constituição Estadual e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:*

***I.***

*das Receitas da Prefeitura Municipal, Fundos e Entidades da Administração Indireta que integram o Orçamento de que trata este artigo;*

***II.***

*das contribuições sociais a que se refere o Parág. 1º do Art. 181 da Constituição Estadual;*

***III.***

*de transferências de recursos do Tesouro Municipal;*

***IV.***

*de convênios ou transferências do Estado e da União.*

***Art. 9º..***

*Na Lei Orçamentaria Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos Orçamentos Fiscal e de Seguridade Social, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação (Projeto-Atividade), indicando-se para cada um, no seu menor nível:*

***I.***

*O Orçamento a que pertence;*

***II.***

*A natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:*

***1 . DESPESAS CORRENTES***

***1.1.***

*Pessoal e Encargos Sociais - Atendimento de despesas com Pessoal Civil, Obrigações Patronais, Inativos, Pensionistas e Salário Família.*

***1.2.***

*Juros e Encargos da Dívida - Cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa.*

### **1.3.**

*Outras Despesas Correntes - Atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.*

## **2. DESPESAS DE CAPITAL**

### **2.1.**

*Investimentos - Recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, investimentos em regime de execução especial, diversos investimentos e sentenças judiciais.*

### **2.2.**

*Amortização da Dívida - Amortização da dívida interna e externa e diferenças de cambio.*

### **2.3.**

*Outras Despesas de Capital - Atendimento das demais despesas de capital não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.*

## **Art. 10.**

*A Lei Orçamentaria Anua! incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:*

### **I.**

*das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo Io do Art. 2º, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964;*

### **II.**

*da natureza da despesa, para cada órgão, obedecendo a classificação estabelecida no Art. 9, inciso II desta Lei e de forma semelhante a prevista no anexo 2, da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964;*

### **III.**

*dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento da Lei n.º 9.424 de 24 de dezembro de 1996 e ao disposto no Art. 172 da Lei Orgânica Municipal;*

#### **IV.**

*por projetos ou atividades, os quais serão integrados por títulos e descrição dos objetivos contendo as respectivas metas ou ação pública esperada, bem como, quantificando e qualificando os recursos.*

### **Seção III.**

#### **DAS DIRETRIZES ESPECIFICADAS DO PODER LEGISLATIVO**

#### **Art. 11.**

*Fica estipulado o percentual de 10% (dez por cento) da Receita do Tesouro Municipal, para a elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal.*

#### **1º.**

*Entende-se por Receita do Tesouro Municipal, para fins deste artigo, a arrecadação do Município, deduzidas as operações de crédito, os recursos vinculados a convênios, os recursos provenientes da Lei Federal nº 9.424/96 e outros com vinculação específica.*

#### **2º.**

*Os repasses à Câmara Municipal se farão na forma de duodécimos, conforme proposta orçamentária elaborada pela mesma, guardando a proporcionalidade com a receita recebida pela Prefeitura.*

### **Seção IV.**

#### **DAS RECEITAS MUNICIPAIS**

#### **Art. 12.**

*Constituem Receitas do Município aquelas provenientes:*

#### **I.**

*dos Tributos de sua competência;*

#### **II. de prestação de serviços;**

### **III.**

*das quotas-partes das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme Art. 158 da C.F;*

### **IV.**

*de convênios formulados com órgãos governamentais e entidades privadas;*

### **V.**

*de empréstimos e financiamentos com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;*

**VI.** *recursos provenientes da Lei Federal n ° 9.424/96.*

### **Art. 13.**

*Na estimativa das receitas, serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária realizada pelos governos Federal e Estadual.*

### **Art. 14.**

*Ocorrendo alterações na Legislação Tributária em vigor, fica o Poder Executivo autorizado a proceder os devidos ajustes na execução orçamentária.*

### **Art. 15.**

*O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, inclusive os de Contribuição de Melhoria.*

### **1º.**

*O cálculo para lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Melhoria, obedecerá aos critérios estabelecidos em legislação específica e será levado ao conhecimento da população por meio de comunicação mais acessível, tal como: jornal, rádio ou fixação em local público;*

## **2º.**

*A Administração Municipal, empenhar-se-á no sentido de agilizar a execução da dívida ativa inscrita, tributária e não tributária, por meios amigáveis ou judiciais;*

## **Seção V. DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS**

### **Art. 16.**

*Em conformidade com as disposições contidas no Parágrafo Único do Art. 169 da Constituição Federal, a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estruturas de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelo Poderes Executivo e Legislativo, serão realizadas mediante Lei Específica.*

### **Art. 17.**

*Os gastos de pessoal regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais ou pela CLT, serão projetados com base na política salarial estabelecida pelo Governo Federal.*

## **Seção VI.**

## **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS DECORRENTES DE DÉBITOS DE PRECATÓRIOS JUDICIÁRIOS**

### **Art. 18.**

*Para atendimento ao prescrito no Art. 100 Parág. 1º da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento dos débitos oriundos de precatórios judiciais.*

## **Seção VII.**

## **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



#### **Art. 19.**

*As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentaria Anual, a que se refere o Art. 63, da Lei Orgânica Municipal, serão apresentadas, no que couber, como forma e nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas nesta Lei.*

#### **Art. 20.**

*Fica o Poder Executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a abrir créditos suplementares com recursos provenientes do excesso de arrecadação, limitados ao crescimento nominal da Receita d o Município, acumulado no exercício.*

#### **Art. 21.**

*Para ajustar as Despesas ao efetivo comportamento da Receita, poderá constar na Lei Orçamentaria Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito suplementar e realização de operações de crédito por antecipação da Receita até determinada importância ou percentual sobre o orçamento para atender a insuficiência de caixa.*

#### **Art. 22.**

*Se o Projeto de Lei Orçamentaria Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2.000, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.*

#### **Art. 23.**

*Os anexos constantes da Lei Orçamentaria Anual serão publicados juntamente com o Orçamento.*

#### **1º.**

*Conjuntamente com o Orçamento, o Poder Executivo publicará os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando para cada categoria de programação no seu menor nível, os elementos de despesa e respectivos desdobramentos.*

**2º.**

*As alterações orçamentarias que não impliquem em créditos suplementares, serão autorizadas pelo Poder Executivo, mediante alterações no Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD.*

**Art. 24.**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*JARDIM-MS, 18 DE MAIO DE 2000*

*DR. MÁRCIO CAMPOS MONTEIRO* *Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 994/2000 - 18 de maio de 2000*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*